



PREFEITURA DE CONCEIÇÃO DO CASTELO, ES

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 067/2018

Processo Administrativo nº 1.589/2018

O MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DO CASTELO, pessoa jurídica de direito público, com sede na Avenida José Grilo, nº 426, Centro, Conceição do Castelo, ES, CEP 29.370-000, inscrito no CNPJ sob o nº 27.165.570/0001-98, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **CHRISTIANO SPADETTO**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Avenida José Grilo, nº 794, Centro, Conceição do Castelo, ES, CEP 29.370-000, inscrito no CPF sob o nº 003.755.567-70 e no RG sob o nº 961351-ES, doravante denominado **ÓRGÃO GERENCIADOR**, considerando o julgamento da licitação na modalidade de PREGÃO, na forma **PRESENCIAL**, para **REGISTRO DE PREÇOS nº 000017**, processo administrativo 1.589/2018, **RESOLVE REGISTRAR OS PREÇOS** da empresa **JOSÉ ALOÍSIO ZAQUI – ME**, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob o nº. **04.301.366/0001-51**, com sede Avenida Harvey Vargas Grilo, nº. 365 Loja 01, Nicolau de Vargas e Silva, Conceição do Castelo, ES, CEP 29.370-000, Tel.: (28) 3547-1569, por seu representante legal, Sr. **JOSÉ ALOÍSIO ZAQUI**, brasileiro, casado, comerciante, residente a Avenida Harvey Vargas Grilo, nº. 365, Bairro Nicolau de Vargas e Silva, CEP 29.370-000, portador do CPF sob o nº. **756.902.507-59** e RG nº. **557.550 SSP-ES**, de acordo com a classificação por ela alcançada e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 10.520/02, Lei nº 8.666/93 e suas alterações, Lei Complementar nº 123/06, alterações da Lei complementar 147/2014 e no Decreto Municipal nº 4.247/2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

1 - CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1 - A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA MONTAGEM, CONSERTO, ALINHAMENTO E BALANCEAMENTO DE PNEUS NOS VEÍCULOS, CAMINHÕES E MÁQUINAS PERTENCENTES A FROTA DAS DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS.

2-CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1 - O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor e as demais condições ofertadas são as que seguem:



PREFEITURA DE CONCEIÇÃO DO CASTELO, ES

2.2 - Discriminação do objeto:

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO CASTELO ES

Ítem	Código	Especificação	Unidade	Quant	Unitário	Valor Total
00001	00005652	MONTAGEM DE PNEU AUTOMOVEI OU MOTO	UN	210,00	18,00	3.780,00
00003	00005475	MONTAGEM DE PNEU MACONEL, CARROÇA, RETRO, TRATOR DIANT. PEQ, VAN OU TOYOTA	UN	90,00	35,00	3.150,00
00004	00005476	MONTAGEM DE PNEU RETRO OU TRATOR DIANT. TRAÇADO	UN	60,00	65,00	3.900,00
00005	00005477	MONTAGEM DE PNEU RETRO, PATROL OU CARREGADEIRA	UN	100,00	95,00	9.500,00
00006	00005478	MONTAGEM DE PNEU TRATOR TRASEIRO COM AGUA	UN	12,00	100,00	1.200,00
00007	00002159	CONCERTO DE PNEU concerto de pneus carrinho de mão	UN	150,00	12,00	1.800,00
00008	00002159	CONCERTO DE PNEU concerto de pneus automóvel e moto	UN	90,00	20,00	1.800,00
00010	00002159	CONCERTO DE PNEU concerto de pneus maconel, carroça, retro, trator dianteiro pep. van e Toyota.	SERVI	100,00	48,00	4.800,00
00011	00002159	CONCERTO DE PNEU concerto de pneus retro e trator dianteiro traçado.	SERVI	50,00	95,00	4.750,00
00012	00002159	CONCERTO DE PNEU concerto de pneus de retro, patrol carregadeira e trator traseiro.	SERVI	120,00	100,00	12.000,00
00013	00005484	ALINHAMENTO DE DIREÇÃO AUTOMOVEI	UN	150,00	55,00	8.250,00
00014	00002794	CAMBAGEM E CASTER	UN	65,00	40,00	2.600,00
00015	00003517	BALANCEAMENTO DE RODA AUTOMOVEI	UN	310,00	15,00	4.650,00
00023	00000683	APLICAÇÃO DE MANCHÃO aplicação de manchão pequeno	UN	20,00	45,00	900,00
00024	00000683	APLICAÇÃO DE MANCHÃO aplicação de manchão médio	UN	30,00	75,00	2.250,00
00025	00000683	APLICAÇÃO DE MANCHÃO aplicação de manchão grande	UN	40,00	98,00	3.920,00

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Ítem	Código	Especificação	Unidade	Quantidade	Unitário	Valor Total
00001	00005652	MONTAGEM DE PNEU AUTOMOVEI OU MOTO	UN	80,00	18,00	1.440,00
00003	00005475	MONTAGEM DE PNEU MACONEL, CARROÇA, RETRO, TRATOR DIANT. PEQ, VAN OU TOYOTA	UN	30,00	35,00	1.050,00
00008	00002159	CONCERTO DE PNEU concerto de pneus automóvel e moto	UN	20,00	20,00	400,00
00010	00002159	CONCERTO DE PNEU concerto de pneus maconel, carroça, retro, trator dianteiro pep., van e toyota.	SERVI	20,00	48,00	960,00
00013	00005484	ALINHAMENTO DE DIREÇÃO AUTOMOVEI	UN	40,00	55,00	2.200,00
00014	00002794	CAMBAGEM E CASTER	UN	15,00	40,00	600,00



PREFEITURA DE CONCEIÇÃO DO CASTELO, ES

00015	00003517	BALANCEAMENTO DE RODA AUTOMOVEL	UN	80,00	15,00	1.200,00
-------	----------	---------------------------------	----	-------	-------	----------

FUNDO MUNICIPAL DE ASSIANTECIA SOCIAL

Item	Código	Especificação	Unidade	Quantidade	Unitário	Valor Total
00001	00005652	MONTAGEM DE PNEU AUTOMOVEL OU MOTO	UN	30,00	18,00	540,00
00008	00002159	CONCERTO DE PNEU Conserto de pneus automóvel e moto	UN	10,00	20,00	200,00
00013	00005484	ALINHAMENTO DE DIREÇÃO AUTOMOVEL	UN	10,00	55,00	550,00
00014	00002794	CAMBAGEM E CASTER	UN	10,00	40,00	400,00
00015	00003517	BALANCEAMENTO DE RODA AUTOMOVEL	UN	10,00	15,00	150,00

O valor registrado total da presente Ata é de **R\$ 78.940,00 (setenta e oito mil novecentos e quarenta reais)**

2.2.2- Sendo o valor acima distribuído da seguinte Forma:

2.2.2.1-Orgão Gerenciador- Prefeitura Municipal de Conceição do Castelo, ES: **R\$ 69.250,00 (sessenta e nove mil duzentos e cinquenta reais);**

2.2.2.2-Orgão participante-Fundo Municipal de Saúde **R\$7.850,00 (sete mil oitocentos e cinquenta reais).**

2.2.2.3-Orgão participante-Fundo Municipal de Assistência Social **R\$1.840,00 (um mil oitocentos e quarenta reais).**

3 - CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 - A validade da Ata de Registro de Preços será de **12 (doze)** meses, a partir da data de sua assinatura, ou seja, de **28 de maio de 2018 a 27 de maio de 2019**, não podendo ser prorrogada.

4 - CLÁUSULA QUARTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1- Fica dispensada a certificação de dotação orçamentaria nos processos licitatórios para registro de preços, nos termos do art. 15 da lei federal Nº 8.666/93, devendo ser informada no ato da compra.



PREFEITURA DE CONCEIÇÃO DO CASTELO, ES

5 - CLÁUSULA QUINTA - ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

5.1- A manutenção será realizada mediante emissão de solicitação de execução de serviço (ordem de serviço) pelo responsável pelos veículos da Prefeitura Municipal de Conceição do Castelo tendo por finalidade corrigir possíveis falhas, efetuando os necessários ajustes, reparos, consertos e revisões.

5.2.2- Emissão e envio, a Secretaria Responsável da Prefeitura o qual pertencer o veículo, do orçamento detalhado, discriminando a quantidade e o preço dos serviços e materiais, para análise e aprovação do setor responsável e posterior confecção da ordem de serviço;

5.2.3- Execução dos serviços autorizados e recebimento dos serviços.

5.2.4- A empresa contratada deverá, após a manutenção do veículo, encaminhar nota fiscal, conforme ordem de serviço emitida e discriminando os serviços solicitados.

5.2.5- Os serviços a serem executados estão abaixo discriminados:

a) alinhamento, balanceamento, cambagem das rodas, caster e outros;

a.1)- Os serviços de alinhamento, cambagem das rodas e caster deverão ser realizados com o auxílio de equipamento computadorizado.

b) Vulcanização de pneus máquinas pequenas, médias, grandes;

c) Aplicação de Manchão pequeno, médio, grande.

d) Serviços de borracharia: troca, montagem e reparos de pneus.

d.1)- A troca de pneus deverá ser realizada em equipamento para montagem e desmontagem de pneus que não danifique as rodas.

d.2)- Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários para a execução de serviços;

5.6- A empresa devesa manter profissionais capacitados para a prestação do serviço e oferecer garantia de no mínimo três meses.

5.7- Por Razões de economicidade e agilidade, os serviços deverão ser prestados por empresa localizada a 15 km da sede da Prefeitura de Conceição do Castelo - ES, caso a empresa esteja fora desta distância deverá instalar uma filial na sede do município, com profissionais qualificados e com vincula empregatícios com a contratada, que deverá estar sempre de prontidão para atender as



PREFEITURA DE CONCEIÇÃO DO CASTELO, ES

necessidades da Prefeitura. Não será aceito em hipótese alguma que os veículos sejam deslocados até o outro estabelecimento fora desta distância mesmo que seja a matriz para realização dos serviços.

5.7-1- Também deverá possuir equipamentos, ferramentas, e tudo mais que for preciso para prestação de serviço de qualidade.

5.7.2- Para as empresas que queiram participar e estejam fora deste perímetro estipulado deverá apresentar Declaração, conforme Anexo I, caso seja declarado vencedora irá instalar uma filial com todas as exigências solicitadas.

6 - CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

6.1 - O preço registrado poderá ser cancelado nas seguintes hipóteses:

6.1.1 - Pela administração, quando houver comprovado interesse público, ou quando o fornecedor:

- a) Não formalizar a Ata de Registro de Preços, sem justificativa aceitável;
- b) Não cumprir as exigências da Ata de Registro de Preços;
- c) Não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese de se tornar este superior aos praticados no mercado;
- d) Incorrer em inexecução total ou parcial da Ata de Registro de Preços.

6.1.2 - Pelo fornecedor, quando, mediante solicitação formal e expressa, comprovar a impossibilidade, por caso fortuito ou força maior, de dar cumprimento às exigências do instrumento convocatório e da Ata de Registro de Preços.

6.2 - O cancelamento do registro de preços por parte da Administração, assegurados a ampla defesa e o contraditório.

6.7.1 - O cancelamento do registro não prejudica a possibilidade de aplicação de sanção administrativa, quando motivada pela ocorrência de infração cometida pela empresa, observados os critérios estabelecidos na cláusula décima primeira deste instrumento.

6.3 - Da decisão da administração se dará conhecimento aos fornecedores, mediante o envio de correspondência, com aviso de recebimento.

6.4 - No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do fornecedor, a comunicação será efetivada através de publicação na imprensa oficial, considerando-se cancelado o preço registrado, a contar do terceiro dia subsequente ao da publicação.



PREFEITURA DE CONCEIÇÃO DO CASTELO, ES

6.5 - A solicitação, pelo fornecedor, de cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, instruída com a comprovação dos fatos que justificam o pedido, para apreciação, avaliação e decisão da Administração.

7- CLÁUSULA SÉTIMA- DO PAGAMENTO

7.1 - Os pagamentos serão efetuados mediante a apresentação de documento fiscal hábil na Prefeitura Municipal de Conceição do Castelo, sem emendas ou rasuras, após a execução dos objetos deste Edital e ter ocorrido o recebimento na forma prevista no artigo 73, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, bem como, comprovantes do recolhimento dos encargos, através da apresentação das Certidões Negativas de Débitos do FGTS, INSS, RECEITA FEDERAL, DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO, TRABALHISTA, ESTADUAL E MUNICIPAL. Os documentos fiscais hábeis, depois de conferidos, serão encaminhados para processamento e pagamento em até 10 (dez) dias, após a respectiva apresentação.

7.2 - O documento fiscal hábil (nota fiscal ou equivalente) deverá conter o mesmo CNPJ do Contrato Social, Ato Constitutivo ou Estatuto apresentado no ato do credenciamento.

7.2.1 - Ocorrendo erros na apresentação do (s) documento (s) fiscal (is), o(s) mesmo(s) será(ão) devolvido(s) ao Órgão Gerenciador para correção, ficando estabelecimento que o prazo para pagamento será contado a partir da data de apresentação da nova fatura, devidamente corrigida.

7.3 - A Prefeitura Municipal de Conceição do Castelo poderá deduzir do pagamento importâncias que a qualquer título lhe forem devidos pelo Fornecedor Registrado, em decorrência de inadimplemento contratual.

7.4 - O pagamento das faturas somente será feito em cobrança simples, sendo expressamente vedada ao Fornecedor Registrado a cobrança ou desconto de duplicatas por meio da rede bancária ou de terceiros.

7.5 - Para a efetivação do pagamento o licitante deverá manter as mesmas condições previstas neste edital no que concerne à PROPOSTA e a HABILITAÇÃO.

8 - CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR E DO FORNECEDOR REGISTRADO

4.1 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

4.1.1 - Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;



PREFEITURA DE CONCEIÇÃO DO CASTELO, ES

4.1.2 - Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

4.1.3 - Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

4.1.4 - Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

4.1.5 - Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

4.1.6 - A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

4.2 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

4.2.1- Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo setor competente do Contratante;

4.2.2- Dispor de área física adequada à prestação dos serviços de manutenção;

4.2.3- Executar os serviços solicitados, com pessoal qualificado, mediante o emprego de técnica e ferramental adequados;

4.2.4- Devolver os veículos para a contratante em perfeitas condições de funcionamento;

4.2.5- Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, as partes do objeto deste Termo de Referência, em que se verificarem vícios, defeitos, ou incorreções resultantes dos produtos empregados ou da execução de serviços;

4.2.6- Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar à Prefeitura ou a terceiros, em razão de ação ou omissão dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

4.2.7- Não efetuar, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade para outros, sejam fabricantes, representantes, concessionárias ou técnicos;

4.2.8- Informar à Prefeitura a ocorrência de fatos que possam interferir direta ou indiretamente na regularidade do fornecimento.



PREFEITURA DE CONCEIÇÃO DO CASTELO, ES

9- CLÁUSULA NONA- SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1 - Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666/93 e da Lei nº 10.520/02, o Fornecedor Registrado que:

9.1.1 - Não executar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência do registro de preços;

9.1.2 - Ensejar o retardamento da execução do objeto;

9.1.3 - Fraudar na execução da Ata de Registro de Preços;

9.1.4 - Comportar-se de modo inidôneo;

9.1.5 - Cometer fraude fiscal;

9.1.6 - Não manter a proposta;

9.2 - O Fornecedor Registrado que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

9.2.1 - Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para o Órgão gerenciador;

9.2.2 - Multa moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

9.2.3 - Multa compensatória de 15% (quinze por cento) sobre o valor total da Ata de registro de preços, no caso de inexecução total do objeto;

9.2.4 - Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

9.2.5 - Suspensão de licitar e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

9.2.6 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o Fornecedor Registrado ressarcir o Órgão gerenciador pelos prejuízos causados;

9.3 - Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, incisos III e IV da Lei nº 8666/93, o órgão registrado que:

9.3.1 - Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;



PREFEITURA DE CONCEIÇÃO DO CASTELO, ES

9.3.2 - Tenha praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação;

9.3.3 - Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

9.4 - A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa do Fornecedor Registrado, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666/93, e subsidiariamente a Lei nº 9.784/99.

9.5 - A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

9.6 - Os montantes relativos às multas moratória e compensatória aplicadas pela administração poderão ser cobrados judicialmente ou descontados dos valores devidos ao órgão gerenciador, relativos às parcelas efetivamente executadas da ATA.

9.7 - Em qualquer caso, se após o desconto dos valores relativos às multas restar valor residual em desfavor da empresa, é obrigatória a cobrança judicial da diferença.

9.8 - A notificação deverá ocorrer pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, onde será indicada a conduta considerada irregular, a motivação e a espécie de sanção administrativa que se pretende aplicar, o prazo e o local de entrega das razões de defesa.

10 - CLÁUSULA DÉCIMA - RESCISÃO

10.1 - A rescisão da Ata de Registro de Preços poderá ocorrer nas hipóteses e condições previstas nos artigos 78 e 79 da Lei nº 8.666/1993, no que couberem, com aplicação do art. 80 da mesma Lei, se for o caso.

11- CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

11.1 - As condições gerais do fornecimento tais como pagamentos, os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no TERMO DE REFERÊNCIA.

11.2 - É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.



PREFEITURA DE CONCEIÇÃO DO CASTELO, ES

12- CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOS CASOS OMISSOS.

12.1. Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste Instrumento serão decididos administrativamente, ES, segundo as disposições contidas na Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores e demais regulamentos e normas administrativas que fazem parte integrante desta Ata de Registro de preços, independentemente de suas transcrições.

13 - CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA- FORO

13.1 - Fica eleito o Foro da Cidade de Conceição do Castelo, para dirimir quaisquer dúvidas ou contestações oriundas desta Ata de Registro de Preços e que não possam ser resolvidas por meios administrativos, renunciando-se expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente ata de registro de preços, foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes

Conceição do Castelo - ES, 28 de maio de 2018.

CHRISTIANO SPADETTO

PREFEITO

Representante legal do Órgão Gerenciador

JOSÉ ALOÍSIO ZAQUI – ME

JOSÉ ALOISIO ZAQUI

Representante legal do fornecedor registrado

TESTEMUNHA:

CPF _____

CPF _____

Ato de Designação – Fiscal de Contratos

DADOS DO CONTRATO



PREFEITURA DE CONCEIÇÃO DO CASTELO, ES

PROCESSO Nº	1.589	DATA	12/03/2018	ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº	067/2018 E 068/2018
UNIDADE GESTORA	PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO CASTELO			CNPJ	27.165.570/0001-98
VALOR DO CONTRATO/ATA. R.P.	067/2018: R\$ 78.940,00 068/2018: R\$ 53.955,00		VIGÊNCIA	28 de maio de 2018 a 27 de maio de 2019	
CONTRATADO	JOSÉ ALOÍSIO ZAQUI – ME VENDAP RENOVADORA DE PNEUS LTDA- MEE				
OBJETO	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA MONTAGEM, CONSERTO, ALINHAMENTO E BALANCEAMENTO DE PNEUS NOS VEÍCULOS, CAMINHÕES E MÁQUINAS PERTENCENTES A FROTA DAS DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS.				

Designação de Fiscal de Contrato

Dispõe sobre a designação de Fiscal para assistir e subsidiar o gestor do contrato indicado na epígrafe e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Conceição do Castelo, no uso das atribuições conferidas no art. 71 da Lei Orgânica Municipal, resolve:

Designar o servidor **GELTON CARLOS ALEXANDRE**, Matrícula nº 00037744; lotado na Secretaria Municipal de Administração, para fiscal das Atas de registro de Preços Nº 067/2018, 068/2018; que representará a Secretaria perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas no Decreto nº 2.376 e 2.453/2014, devendo ainda

I - Armazenar em pasta eletrônica cópia do termo contratual e todos os seus aditivos, apostilamentos e planilha de custos e formação de preços atualizada, se existentes, juntamente com outros documentos capazes de dirimir dúvidas, a respeito do cumprimento das obrigações assumidas pelas partes, e que o auxilie no acompanhamento da execução dos serviços contratados.

II - Acompanhar "*in loco*" a execução do objeto do contrato, apontando as faltas cometidas pelo contratado e, se for o caso, promover os registros.

III - Elaborar registro próprio e individualizado em que conste o controle do saldo residual e as informações das determinações necessárias à regularização das faltas, falhas ou defeitos observados.

IV - Determinar a correção e readequação das faltas cometidas pelo contratado e informar ao gestor do contrato quando as medidas corretivas ultrapassarem sua competência.



PREFEITURA DE CONCEIÇÃO DO CASTELO, ES

V - Manter contato com o preposto ou representante da Contratada, durante toda a execução do contrato, com o objetivo de garantir o cumprimento integral das obrigações pactuadas.

VI - Esclarecer as dúvidas do preposto ou representante da Contratada, direcionando-as, quando for o caso, ao gestor do contrato ao qual o Fiscal está vinculado.

VII - Controlar todos os materiais necessários à perfeita execução do objeto contratado no tocante à qualidade e quantidade.

VIII - Exigir que a Contratada mantenha, permanentemente, o bom estado de limpeza, organização e conservação nos locais onde serão executados os serviços.

IX - Proibir a execução, por parte dos funcionários da Contratada, de serviços diferentes do objeto do contrato, tais como: comercialização de produtos, prestação de serviços, dentre outros.

X - Proibir, nos locais onde serão executados os serviços, a permanência de materiais, equipamentos e pessoas estranhas ao objeto do contrato.

XI - Acompanhar os prazos de execução e de entrega de material (observar forma e local determinados no contrato).

XII - Solicitar aos responsáveis em cada localidade relatório de acompanhamento dos serviços contratados, quando o contrato contemplar a execução de serviços em diversas localidades.

XIII - Anotar no "Formulário Acompanhamento da Execução dos Serviços Contratados", **Anexo D do Decreto nº 2.376 e 2.453/2014**, todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, em especial as que repercutem na qualidade do objeto e que acarretam retenção no pagamento.

XIV - Nos contratos de prestação de serviços, solicitar à Contratada, mediante notificação formal e devidamente motivada, por meio do "Formulário Substituição de Funcionário" (**Anexo E do Decreto nº 2.376 e 2.453/2014**), a substituição, de acordo com os prazos determinados, de qualquer funcionário com comportamento julgado prejudicial, inconveniente ou insatisfatório à disciplina ou ao interesse do Município. Poderá, por iguais motivos, ser solicitada também a substituição do preposto.

XV - Buscar esclarecimentos e soluções técnicas para as ocorrências que surgirem durante a execução dos serviços e antecipar-se na solução de problemas que afetem a relação contratual, tais como: greve de pessoal, não pagamento de obrigações com funcionários, dentre outros.

XVI - Não atestar a Nota Fiscal enquanto não for cumprida a total execução, entrega ou correção dos bens ou serviços.

XVII - Verificar se os serviços foram subcontratados, sendo permitida a subcontratação parcial do objeto (nunca total) mediante previsão contratual.

XVIII - Caso a execução não esteja plenamente de acordo com o disposto no contrato, avaliar a necessidade de readequação deste, mediante termo aditivo. Caso a readequação seja necessária, encaminhar ao gestor do contrato, documento apontando as alterações necessárias acompanhado das justificativas pertinentes.

XIX - Nos casos em que for constatada falha na execução, não havendo acordo de níveis de serviço ou a readequação contratual não for necessária, realizar as glosas mediante o "Formulário de Glosa" (**Anexo F do Decreto nº 2.376 e 2.453/2014**), de acordo com os percentuais determinados.

XX - Comunicar por escrito ao gestor do contrato a ocorrência de danos causados pela Contratada ao Município ou a terceiros durante toda a execução do contrato, mediante preenchimento do "Formulário Solicitação de Esclarecimentos e Providências" (**Anexo G do Decreto nº 2.376 e 2.453/2014**).



PREFEITURA DE CONCEIÇÃO DO CASTELO, ES

XXI - Atestar, quando for o caso, para fins de restituição da garantia, que a Contratada cumpriu integralmente todas as obrigações contratuais, inclusive as trabalhistas e previdenciárias.

XXII – Preencher o “Formulário de Solicitação de Pagamento” (**Anexo H do Decreto nº 2.376 e 2.453/2014**) e providenciar a autuação do processo ou encaminhar ao setor responsável. Para os contratos de prestação de serviços continuados, abrir um processo de pagamento para cada mês.

XXIII - Conferir a documentação apresentada para pagamento, utilizando o “Formulário *CheckList*” (**Anexo I do Decreto nº 2.376 e 2.453/2014**), a fim de verificar se há alguma divergência com relação ao serviço prestado, erro ou rasura, adotando as medidas necessárias para a solução da pendência detectada, antes de atestá-la e encaminhá-la para pagamento.

XXIV – Verificar se as condições de pagamento do contrato foram obedecidas, o valor cobrado corresponde exatamente àquilo que foi fornecido, se existem elementos que justifiquem o desconto do valor da Nota Fiscal/Fatura, se foi observado o que dispõe o contrato nos casos de instalação ou teste de funcionamento e se a Nota Fiscal tem validade e está completamente preenchida.

XXXV - Procedidas as verificações, o fiscal deverá atestar se a prestação do serviço ou o recebimento dos bens está de acordo com o contrato.

Conceição do Castelo, ES, 28 de maio de 2018.

CHRISTIANO SPADETTO
Ordenador de Despesas

CIÊNCIA DOS(AS) SERVIDORES(AS) DESIGNADOS (AS)

Eu, **GELTON CARLOS ALEXANDRE**, declaro-me ciente da designação ora atribuída, e das funções que são inerentes em razão da função.

Assinatura do Fiscal